

ARTIGO

Francisco d'Andréa, o “general do regresso”: conquistador e ideólogo da colonização militar no Brasil do XIX

*Francisco d'Andréa, the “general do regresso”, conqueror and ideologue of
military colonization in 19th century Brazil*

Maria Luiza Ferreira de Oliveira

Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, SP, Brasil.

RESUMO: Neste artigo retomo momentos decisivos da trajetória do militar Francisco d'Andréa buscando esclarecer sua atuação na vida política e institucional do Brasil e os conflitos em que esteve implicado. Andréa foi um administrador público e possuía um projeto para o país que estava intrinsicamente ligado à conquista e à colonização dos povos. Foi um militar e político ligado ao partido conservador e ocupou de forma sistemática debates na imprensa de todo o país, o estudo dos seus escritos e ações ajuda a esclarecer a relação entre o Exército e a política no XIX.

PALAVRAS-CHAVE: militares; Exército; colonização; território

ABSTRACT: In this article I return to decisive moments in Francisco d' Andréa's trajectory, seeking to clarify his role in the political and institutional life of Brazil and the conflicts in which he was involved. He was a public administrator and had a project for the country that was intrinsically linked to the conquest and colonization of peoples. He also was a soldier and politician linked to the conservative party and systematically occupied debates in the press across the country, the study of his writings and actions helps to clarify the relationship between the Army and politics in the 19th century.

KEYWORDS: military; Army; colonization; territory

*E-mail: mlfoliveira@unifesp.br
<https://orcid.org/0000-0002-2537-117X>

...e bastará para isso mesmo uma Colonia, porque se não trata de hir bater rebeldes, trata-se somente de lhes não deixar levantar cabeça.

Francisco d'Andréa, 1850.

O mal maior do império é já ser composta a sua população de tantos elementos heterogêneos.

Justiniano José da Rocha, 1849.

Na década de 1850, os oficiais em atuação no Brasil partilhavam experiência de luta em revoltas pelo país, a principal distinção era a de chegar a ser um “pacificador”. Além disso, muitos tinham começado suas carreiras ainda nos quadros do Império português, em período de profundas transformações.

Francisco José Soares de Souza d'Andréa acompanhou D. João VI como segundo tenente da Armada Real, em 1808, na travessia do Atlântico. Era engenheiro, tinha já concluído os estudos na Academia Real da Marinha. Lutou em recontros diversos, como na Guerra Peninsular de 1801, ao lado do irmão Thomaz de Souza d'Andréa. Um dos irmãos mais novos, José Soares de Souza d'Andréa, cruzou o Atlântico para completar o curso na Academia do Rio de Janeiro e em 1813 entrou para a esquadra servindo em diferentes navios na costa brasileira até as guerras da independência, tendo em 1824 retornado com as forças portuguesas para Lisboa. Comandando navios no Rio da Prata entre 1821 e 1823 estava ainda outro irmão, Bernardo José de Souza Soares d'Andréa, que mais tarde seria governador de Macau e de São Tomé.¹

Francisco d'Andréa foi o único dos irmãos que escolheu ficar no Brasil. Àquela altura, já tinha desempenhado missões importantes, tanto no campo da engenharia quanto no da política. Provavelmente avaliou ter um futuro mais promissor no novo país que careceria de militares experientes no Exército.

Esse artigo é resultado de pesquisa que venho realizando sobre a colonização militar no Brasil no século XIX. Analisei fontes diversificadas: a imprensa (tanto os jornais diários de grande circulação como as folhas políticas), a correspondência do ministério da guerra, os relatórios ministeriais e presidenciais, o acervo pessoal do Francisco d'Andréa guardado no IHGB, documentos sobre os irmãos Andréa do Arquivo Histórico da Marinha em Lisboa, a legislação brasileira, os anais do parlamento brasileiro. Retomo momentos decisivos de sua trajetória buscando esclarecer a atuação que teve na vida política e institucional do Brasil, e os conflitos em que esteve implicado. Foi um administrador público e um dos primeiros a defender de forma sistemática a colonização militar, projeto que ganharia corpo no país já no final da sua vida.

A historiografia mais recente tem sublinhado a relação próxima do Exército com a política desde o período regencial (Souza, 2022; 1997). Este artigo se insere no mesmo esforço de analisar a presença dos militares na vida pública como componente da construção do Estado nacional; ao contrário do esquema interpretativo tantas vezes reiterado, o Exército não esteve alijado da política desde 1831 até o golpe da República, as revoltas regenciais não apenas justificaram uma política de reestruturação e fortalecimento das forças armadas, levada a cabo pelo gabinete do regresso, como igualmente reforçaram as ligações entre a alta hierarquia militar e a elite política, como bem sintetizou Souza (2022). A alcunha, da pena de um redator da oposição, de *general do regresso* para caracterizar Francisco d'Andréa, explicita a vinculação dele a um projeto político que estava em disputa naquele período. Justiniano José da Rocha, jornalista e publicista conservador, defendeu a escolha de Andréa para presidir Minas Gerais em 1843 mesmo com a província “pacificada” pois era a escolha da “ordem contra a tendência democrática”.² Foi um militar e político ligado ao partido conservador e ocupou de forma sistemática debates na imprensa de todo o país, o estudo dos seus escritos e ações ajuda a esclarecer a relação entre os militares e a política no XIX; Francisco d'Andréa foi um dos oficiais emblemáticos do período que, no entanto, foi pouco estudado.³

Formado na época das reformas da Ilustração Portuguesa, Andréa era reconhecido por deter saberes diversos sobre o Brasil, conhecimento acionado para ações práticas de intervenção, seja na escolha da melhor rota de uma estrada ou na utilidade da exploração de uma mina, no incremento da produção de chá, ou na feitura de mapas. Era consultado pelo governo para a escrita de pareceres, projetos, planos. Como observou Lorelai Cury, apoiando-se nos estudos de Michele Duchet sobre os *philosophes* franceses e suas redes de informantes militares, “o Iluminismo e o colonialismo fazem parte do mesmo movimento histórico” (Cury, 2004, p. 111).

Em 1850, o Conselho de Estado pediu um parecer a Francisco d’Andréa sobre o regulamento preparado para a colônia militar Leopoldina em Alagoas. Naquela altura já estava há 40 anos no Brasil e tinha intimidade com o território brasileiro, discorria sobre os rios, relevo, áreas de fronteira, falava sobre estradas necessárias, opinava sobre trajetos mais racionais. Era reconhecido, pelo Conselho de Estado, como interlocutor privilegiado sobre o tema da colonização; fica claro, em sua extensa resposta, por que tinha sido consultado. Antes de responder às perguntas que o Conselho de Estado encaminhou, apresentou suas ideias sobre a colonização geral e sobre a colonização militar expondo um projeto articulado e maduro que trazia uma visão do país. Falava de um país sem um território definido, em seu mapa a “civilização” aparecia de forma descontínua. Um projeto colonizador coordenado e com a presença de soldados agricultores seria o meio mais rápido e eficaz para garantir a conquista. Tinha o pensamento organizado e apresentava primeiro uma tipologia das situações em que a colonização militar era indispensável:

1. A ocupação e posse de terrenos sobre as nossas fronteiras; 2. Para proteção das longas estradas e da navegação de rios; 3. Para forçar à civilização e à obediência essas ordens selvagens que ocupam vastas extensões de terrenos ou para impor respeito aos povos turbulentos e dispersos em grandes porções de terreno.⁴

Daí foi listando as regiões do país que se enquadravam em cada situação. Para o caso das estradas, demorou-se na que saíria da Corte até São João D’El Rei, dali para a capital de Goiás e depois para Vila Bela no Mato Grosso. Para viabilizar a circulação e manutenção do caminho previa pelo menos 50 colônias militares na

Estrada, tão longa e tão necessária, tem de atravessar muitas serras, rios e matas em que os índios bravos existem em variadas tribos e em grande número, e desde que se saia da Província de Minas, e mesmo em parte desta Província, não será possível transitar sem que se conte com uma proteção segura (...) por grande que seja a despesa feita, ficará bem paga com o desassombramento de mão armada desse longo terreno, *desenganando os Índios da impossibilidade de existirem errantes*; pelo desenvolvimento da população e da agricultura.⁵

Dizia que os indígenas eram um empecilho para atravessar as províncias interiores e para a navegação em diversos rios, como era o caso dos terrenos completamente “infestados” em torno dos

Rios Madeira, Tapajós, Chinguês, Araguaia, e finalmente o Uruguay de Missões para cima, (...) precisam de Colônias Militares que não só ajudem e protejam a sua navegação (como nos quatro primeiros), e que defendam a nossa fronteira (como no último); e finalmente, que civilisem ou imponham respeito aos Índios que os infestam (como em todos cinco).⁶

Havia matas em que os indígenas eram soberanos absolutos, e, nesses casos, as colônias eram indispensáveis para tirá-los das terras:

as grandes Mattas ocupadas exclusivamente por Índios Selvagens, como os tem as Províncias quase todas desde o Pará ao Rio Grande do Sul, só uma força estacionária e alguns Missionarios, protegidos por ella, poderão levar a empresa ao fim.⁷

Era um projeto amplo que, pela sua dimensão, expressava a consciência de uma posse não consolidada de muitas partes do país. Ele desenhava mapas que, na verdade, representavam um espaço ainda imaginado enquanto território. Nesse sentido, estava em sintonia com as ideias de Varnhagen, para quem “o Brasil declarou-se independente; proclamou o Império; e depois de um quarto de século achase quase na mesma; é com mais ar de colônia, ou de muitas colônias juntas que de nação compacta”.⁸ Ao final do parecer, respondeu a pergunta que lhe tinha sido feita sobre a necessidade de uma ou de duas colônias na fronteira: “humas de 200 praças julgo sobeja para toda a Matta de Jacuipe, e bastará para isso mesmo uma Colonia, porque *se não trata de hir bater rebeldes, trata-se somente de lhes não deixar levantar cabeça*”.⁹

O Conselho de Estado optou por duas, uma em cada província, para não causar ruídos nos fluxos da administração provincial, e por ser a região muito ampla. Pretendiam usar a ação militar para a vigilância e a submissão dos povos locais.

Do trabalho nas fortificações até a abdicação

Quando chegou no Rio de Janeiro em 1808, logo foi designado para o Real Corpo de Engenheiros e assumiu obras diversas, tendo acumulado também, já em 1809, o posto de Oficial do Arquivo Militar, no qual ficou até 1812. Organizar informações e elaborar mapas para o planejamento administrativo, visando, por exemplo, a abertura de estradas, sempre foi uma preocupação, como podemos observar em relatórios das províncias que governou.

Em 1817 foi como major e engenheiro chefe na expedição para pacificar a conflagrada província de Pernambuco; tinha experiência de combate e participou da comissão militar que condenou e executou vários dos envolvidos.¹⁰ Recebeu do comandante da expedição, general Luiz do Rego Barreto, militar português de destaque durante as guerras napoleônicas,¹¹ o cargo de Secretário de Estado, cargo que seria o primeiro político e também estratégico, pois foi encarregado da organização da Divisão Militar da Capitania. Era também chefe dos engenheiros da província. Ficou em Pernambuco até 1821.

Nos primeiros anos após a Independência trabalhou coordenando a abertura de estradas e a construção, reforma e aparelhamento das fortalezas de defesa da baía do Rio de Janeiro. Dirigia diversas obras, coordenando oficiais e trabalhadores, tanto em estradas como em fortificações, a ponto de o governo enviar ordem em 1823 para saber “em quantos pontos está presentemente construindo obras, e qual o número de Officiaes que estam as suas ordens”.¹²

O momento pedia atenção às fortificações e a Coroa agiu para garantir o suprimento de mão de obra. Em janeiro de 1824 foi dada ordem para que os responsáveis pelos presos sentenciados encaminhassem homens ao Coronel de Engenheiros Francisco José de Sousa Soares d'Andréa, “encarregado das fortificações que defendem esta Corte”.¹³ As dificuldades com mão de obra prosseguiram, e, como era de “toda urgência concluir-se os trabalhos de fortificações”,¹⁴ o governo mandou que o Intendente Geral da Polícia, como “medida extraordinária, vigorosa... que não teria lugar a não ser a indocilidade e falta de patriotismo” de proprietários que não estavam enviando seus escravos como pedido, “requisitar escravos dos proprietários, na razão de 1 por 5, tomando-os por força aos refratários” para trabalharem por um mês.¹⁵ Além dos presos e dos escravos, também havia serventes que ganhavam 240 reis diários (enquanto os proprietários recebiam 320 por diária de cada escravo).¹⁶

Andréa tinha sob sua direção uma mão de obra de condição variada, marcada pela exploração e violência.¹⁷ Era um canteiro de obras militar e que congregava formas diversas de trabalho forçado, os escravizados, os presos, e os livres com pagamento irrisório, relações de trabalho que coexistiam no XIX.

Durante a década de 1820 também coordenou a fortificação da província de Santa Catarina (para onde foi em julho de 1822) e do Rio Grande do Sul (em 1828).¹⁸ Tinha ido para o Sul lutar na Guerra da Cisplatina, como ajudante general do Exército, onde viveu inclusive a pesada derrota na batalha de Ituzaingó, em 1827, com perda de centenas de vidas. Em dezembro de 1828 entrou no comando das forças imperiais da praça de Montevideú, até a entrega ao Uruguai.

Em maio de 1829 desembarcou no Rio de Janeiro, vindo de Montevideo e no mês seguinte sairia da Corte, dessa vez com toda a sua família, com destino a Santa Catarina, para exercer o cargo de comandante das armas da província. Em setembro de 1830 faria nova viagem cruzando o país para o Norte para assumir o comando das armas do Pará. Em 20 anos já tinha circulado bastante em missões oficiais, andando tanto pelo interior de diversas províncias, como nas capitais, e tinha assumido dois cargos altos na hierarquia militar e de influência e projeção política, o comando das armas de duas províncias.

Pouco depois da nomeação para o comando de armas no Pará em 1830, saiu na imprensa do Rio de Janeiro uma acusação séria contra Andréa em um dos mais prestigiados jornais do debate político na Corte, o *Aurora Fluminense*, folha redigida por Evaristo da Veiga, reconhecido como liberal moderado, atuante na luta política e com papel importante no processo da abdicação.

o Sr. Andréa talvez lembrado de ter vivido nas Províncias do Norte, sendo já nimamente severo e mesmo bárbaro para com os soldados, enquanto comandou as armas em S. Catharina, procurava de preferência para exercitar a sua raiva os Bahianos e Pernambucanos, que parecião merecer-lhe particular *amizade*.¹⁹

O articulista lembrou ainda os tempos em que Andréa foi o braço direito de Rego Barreto, “seu nome ficou ali gravado com horrorosa recordação”,²⁰ a memória da luta pela autonomia em Pernambuco era mobilizada para traçar uma filiação ao Andréa, identificando-o ao Antigo Regime e aos portugueses.

No Pará envolveu-se em vários conflitos durante o período em que ficou no cargo; houve um motim militar, houve oposição ferrenha das lideranças liberais da província capitaneadas pelo cônego Batista Campos, para quem Francisco d’Andréa era um “absolutista teórico e prático”.²¹ O motim, organizado por soldados de baixa patente, provavelmente muitos deles indígenas,²² foi sufocado por Andréa que externou preocupação pois a oposição promovia “ações alarmantes”, agitando os soldados, a escravidão e os índios.²³ Enfrentou disputas políticas, tensões sociais e o debate por direitos, tanto na caserna, quanto nas ruas e na imprensa.²⁴ Enquanto estava no Pará, o Rio de Janeiro fervia com as tensões pós abdicação de D. Pedro I, os povos ocupavam as ruas, eram acirrados os debates. Ao voltar para a Corte, a situação política era inteiramente nova, com o governo da Regência.

Novas disputas políticas, o “pacificador material” e o “pacificador moral”

Em setembro e em outubro de 1831, a comissão de constituição e justiça da Assembleia Geral no Rio de Janeiro analisou uma representação enviada pela Câmara Municipal da cidade do Belém, queixando-se das “prepotências” cometidas pelo brigadeiro Andréa, “por haver atacado direitos individuais garantidos pela constituição política na prisão que fez de Jacintho Francisco Lopes, juiz de paz”,

e considerou que as provas eram suficientes para que fosse responsabilizado, encaminhando parecer ao governo.²⁵ Suas atitudes no governo eram agora questionadas pelo novo poder legislativo, e não apenas pela imprensa. Logo que voltou ao Rio de Janeiro acompanharia o andamento desse processo; terminou sendo absolvido pelo Conselho de guerra e pelo Conselho Supremo Militar e de Justiça.²⁶

Foram anos de intensa disputa e de muita movimentação nos quartéis e nas ruas, nas diversas revoltas de “povo e tropa” pelo país. Andréa não ficou isento, participou da fundação de uma sociedade política, a Sociedade Militar, criada em 1833 para “opor uma barreira impenetrável à hedionda Hidra do Despotismo e à estragadora Anarquia”, “sustentar a dignidade militar...fazer viver a mais austera subordinação, disciplina Militar, atualmente tão aniquiladas”.²⁷ Era uma nova atuação do Brigadeiro Andréa, agora fora dos quadros do governo. Seu filho e militar, o tenente José Vitorio Soares d'Andréa, era do Conselho diretivo da Sociedade.²⁸ Estava com ele na Sociedade Conrado Jacob Niemeyer, engenheiro, geógrafo e colega na elaboração de mapas. Na primeira reunião, ambos e mais três militares ficaram responsáveis pela redação dos estatutos da Sociedade (Basile, 2022, p. 726). Foi um projeto de ampla adesão, na primeira assembleia geral registraram a presença de 344 sócios.

Na imprensa moderada e radical cresciam as acusações contra Andréa, temiam as articulações da Sociedade Militar que reunia os absolutistas e caramurus. Houve a denúncia de um movimento restaurador organizado pela Sociedade Militar, Andréa foi preso no dia 13 de dezembro de 1833, acusado de tomar parte na conspiração preparada na Quinta da Boa Vista.²⁹ No final do mês, recebeu ordem para ir juntamente com o seu filho residir na Villa de São José do Norte, de onde “não poderão sair sem positiva ordem da Regencia”.³⁰ Embarcaram para esse exílio com quatro escravos no dia primeiro de janeiro de 1834.³¹ Viveu na província do Rio Grande do Sul pouco mais de um ano, até ter sido chamado de volta em março de 1835.

Voltava, pois tinha sido escolhido para uma das mais emblemáticas missões de sua carreira, a “difícil, porém gloriosa tarefa de pacificar a Província do Gram Pará”.³² Como publicado por Sisson em 1861, iria para uma província cuja maior parte da população era “composta de semisselvagens, saídos das virgens matas que bordam a imensidão das águas do Amazonas. Considerada a província sob este aspecto, não era a pacificação de uma revolta o que ia operar o general Andréa, *era uma verdadeira conquista*.”³³

No dia 31 de dezembro de 1835, saiu do porto do Rio de Janeiro, juntamente com outras cinco embarcações de guerra, dezenas de oficiais destacados, centenas de soldados e marinheiros. Levava a lei de 22 de setembro de 1835, que suspendia as garantias constitucionais na província (Costa, 2020, p. 311). O embarque mereceu amplo anúncio no *Jornal do Comércio*, e assim ficamos sabendo que escolheu o filho, o tenente José Vitorio Soares d'Andréa, para compor o seu Estado maior, além de mais três oficiais. Outras três embarcações saíam no dia 10, complementando o esforço de guerra. Ficou por três anos como presidente da província e comandante das armas e foi por ter comandado uma violenta e implacável repressão ou uma bem-sucedida conquista, ou para usar o termo mais corrente na época, uma “pacificação”, que ficou famoso.³⁴ A perspectiva que assumiu em ofícios com o ministério nos primeiros meses de governo era a de uma guerra de reconquista, como fica claro neste exemplo: “Ou esses códigos criminal e do processo hão de eliminar-se e ser substituídos por Leis uteis, e em que todos vejamos garantidas as nossas honras, nossas vidas e nossos bens, ou esta Província hade pertencer a Tapuios, e o resto do Brazil a negros”.³⁵

Enfrentou duras críticas já na época pelo excesso de mortes ocorridas nas batalhas. Teófilo Ottoni justamente denunciou indignado o fato de Andréa ter usado o termo “conquista” para referir-se ao processo da guerra contra os rebeldes, “o nobre deputado não foi encarregado de conquistar o Pará, mas de vencer os rebeldes, e de estabelecer o imperio da lei”.³⁶ Em São Luiz, um jornal liberal fazia coro: “termo odioso de conquista que ele emprega, quando se refere a pacificação de uma porção do território brasileiro”.³⁷

Havia uma tensa disputa pelo termo entre aqueles que naturalizavam a ideia, e outros que recusavam essa permanência que remetia aos tempos em que não havia constituição nem direitos individuais. Eram re-atualizadas práticas colonizadoras e o uso do vocábulo expressava objetivamente essas permanências.

Em 1839 Francisco d'Andréa iniciou uma nova experiência política, não mais participando do poder Executivo ou de sociedades políticas, mas atuando no Legislativo, como deputado. Foi eleito pela província do Pará e assumiu uma cadeira no Rio de Janeiro. Teve atuação curta porém marcante na defesa da lei aprovada na Assembleia do Pará em 1838 que criava o Corpo de Trabalhadores e institucionalizava, para o futuro da nova província, o trabalho compulsório (Machado, 2016). A lei foi vista no Rio de Janeiro como inconstitucional.³⁸ O argumento que ele forneceu ao debate, de que era preciso controlar essa mão de obra, haja vista a terrível revolta, contribuiu para que afinal o Parlamento não interferisse na alçada local. Como garantiu Francisco d'Andréa, os “selvagens tapuios”, embora obrigados ao trabalho, pelo menos receberiam “algum salário e seriam civilizados”³⁹.

O jornal *Aurora Fluminense* reproduziu os debates e na folha lia-se a acusação que tinha atuado como um conquistador, “asphyziando no porão das presingangas todos quantos ousavam pedir-lhe contas do largo espólio da *conquista*”,⁴⁰ assim, em *itálico*, marcando o peso da palavra, o peso que a analogia teria para muitos dos leitores.

O governo indicou o nome dele para a presidência de Santa Catarina e, como era deputado, o corpo legislativo precisava aprovar uma licença. O teor dos debates provocados pelo pedido do governo na Assembleia preocupou um analista que preferia que tivessem ocorrido em sessão secreta, disse que quando foi lido o ofício do ministro pedindo a licença para Andréa, “rebentou a mina”, e foi um “tumulto de vozes descompassadas que retumbou pelas abóbodas do salão”. Para esse deputado, o ministério tinha um bom projeto,

...provou que entende pacificar o império com força e só com força. A nomeação do vencedor da rebelião do Pará indica que o ministério quer seguir as ideias do rigor, da energia vigorosa, e da disciplina militar; a energia e o rigor são ideias que se incarnarão no general Andréa e que marcão todos os passos de sua vida.⁴¹

O deputado acreditava que o legislativo deveria apoiar o ministério pois o momento era de crise. A dispensa foi aprovada em grande maioria na Assembleia Geral e Andréa assumiu a presidência de Santa Catarina para liquidar a república Juliana proclamada em Laguna por Garibaldi e Canabarro, fruto da expansão dos rebeldes farrapos. Comandando uma frota de 13 navios e mais de 3.000 homens por terra, “pacificou” mais uma província e no *Jornal do Comércio* era festejada a capacidade de comando do “bravo general” e o pulso firme da “rígida política deste intrépido militar”.⁴²

Também enquanto esteve na presidência de Santa Catarina saíram em jornais liberais da corte acusações contra ele. Em sua proclamação, inserida no *Correio Oficial* no dia 21 de dezembro de 1839, deu vivas à religião e ao imperador, silenciando sobre a constituição, e foi cobrado por isso; no dia 25 de março, aniversário do juramento da constituição, não colocou luminárias no Palácio do Governo. Um articulista contava que quando o presidente andava pela cidade tudo podia ocorrer, um dia, andando no mercado, mandou prender e castigar com 25 chibatadas um guarda nacional que estava com a farda desabotoada e sem gravata, mesmo estando fora do serviço, outro dia foi verificar os trabalhos da ponte e castigou com bengaladas um trabalhador que nunca soube o motivo pelo qual apanhou até cair no chão, era “um déspota” e todos temiam a sua “bengala constitucional”.⁴³ Era chamado pelo periódico de o “General do Regresso”, explicitando o alinhamento político de Francisco d'Andréa com os regressistas e fundadores do partido conservador. Tinha sido o “brigadeiro da restauração”, agora era o “general do regresso”; a trajetória política era consistente com o perfil do novo partido.⁴⁴

No Parlamento, em junho de 1840, o ministro da Guerra defendeu o general de acusações que vinha sofrendo na casa: “o general Andréa não perderá ocasião de morrer como um bravo (apoiados)”, e acrescentou: “o Brasil, senhores, tem muita confiança no general Andréa (apoiados). Duas províncias forão pacificadas por ele.” Ao que um deputado respondeu: “o Brasil não, o governo”.⁴⁵

Mesmo com as críticas, o sucesso na campanha militar em Santa Catarina fez com que fosse enviado ao Rio Grande do Sul, a expectativa era que pusesse fim aos quatro anos de guerras e pacificasse mais uma província – mas não foi o que ocorreu, foi indicado por um gabinete regressista, mas veio a maioria, acabou sendo dispensado após desentendimentos com o novo gabinete, principalmente por não ter concordado com o regramento do decreto de anistia, queria decidir sozinho como anistiar, além disso, não foi atendido no pedido que fez para que fosse prorrogada a suspensão das garantias constitucionais, “acho-me enganado e entregue a um bando de anarchistas, que me cercão e me arremetem de todos os lados e sem proteção nenhuma das leis. Não devo crer que eu fosse acintamente lançado neste abysmo”.⁴⁶

Voltou ao parlamento como representante do Pará em 1841 e contribuiu com a demanda do governo pelo aumento das forças extraordinárias do Exército para 16.000 homens, “a causa do governo acha-se apoiada com os conhecimentos práticos do digno deputado ex-presidente do Rio Grande do Sul”.⁴⁷ Foi ainda um dos 10 deputados eleitos pela província do Rio de Janeiro para a legislatura de 1843. Junto com Lima e Silva (o pacificador da Bahia) e Jerônimo Francisco Coelho, foi eleito para a comissão de marinha e guerra⁴⁸ para propor regulamentos militares e planejar o tamanho e a disposição das forças terrestres e navais.

No entanto, um mês depois foi enviado para presidir Minas Gerais, o governo pediu urgência para a licença, novamente vários questionamentos ocorreram, pois, a revolta de 1842 já tinha sido vencida na presidência de Caxias. O “governo não julga segura a tranquilidade publica ora existente”⁴⁹ opinou o redator do *Correio Oficial*. Em fins de 1843 também foi enviado um militar conservador para presidir São Paulo, Manuel Felizardo de Sousa e Melo. O jornal conservador *O Brasil* felicitou a nomeação do sr. General Andréa para a presidência de Minas Gerais, “é tão expressiva”, “faz honra ao governo e dá testemunho do princípio de firmeza que pretende concluir a obra de pacificação...continuar em Minas os serviços que já têm prestado a consolidação da ordem e integridade do império”.⁵⁰

A proximidade que Andréa mantinha com os principais políticos conservadores da província do Rio de Janeiro e com os eleitores fica clara no episódio da vacância de uma vaga ao Senado pelo Rio de Janeiro, por conta da morte de Feijó. Acertaram nas candidaturas de três notoriedades, Rodrigues Torres, Joaquim Francisco Vianna e o general Andréa. Deviam enviar uma lista tríplice ao imperador. Encerradas as votações, foram eleitos com ampla folga;⁵¹ Francisco d'Andréa era o general conservador do momento, contava com legitimidade e prestígio.

No primeiro relatório escrito depois de assumir a presidência de Minas Gerais,⁵² aparecem várias das perspectivas políticas de Andréa sobre questões candentes do momento, a opinião pública, a colonização, o sistema jurídico, e questões gerais como as forças armadas e a educação. Além de engenheiro e militar, colocava-se como um estadista, tinha um plano de governo e uma visão do país. Criticou severamente o código de processo criminal de 1831 e o sistema de jurados que trazia “a quase certeza da impunidade”, elogiando a nova organização policial que saíra das mãos dos juízes de paz e agora possuía “um centro, um só pensamento”, com a ação do Chefe de Polícia. Falou pela necessidade de uma Força Pública, tinham pagado caro com o

aniquilamento do Exército, as revoltas do Pará e Rio Grande a hum mesmo tempo fizeram disfarçar um pouco o ódio que se tinha a huma força disciplinada e principiou ela a ter alguma consideração, bem que pouco desenvolvida; mas as rebeliões da Bahia, Maranhão, Santa Catharina, São Paulo e Minas tem feito sentir enfim a necessidade de guarnecer as Províncias.⁵³

Opinava que “muito menos incômodo e muito mais barato é um Exército bem disciplinado” do que destacar a Guarda Nacional, ter vários corpos policiais, permanentes, pedestres, municipais. Quanto ao recrutamento, aos que viriam para completar o Corpo provincial, entendia que os voluntários teriam o tempo mínimo de oito anos, enquanto os recrutados precisariam ficar por 10 anos.⁵⁴ Criticou a criação da Guarda Nacional, pensada para ser o “sustentáculo do sistema representativo”, assim como o Exército era o “sustentáculo do Executivo”, para ele a Guarda era desorganizada e ineficiente, e ainda “tem insultado com eleições por menoscabo a pessoas respeitáveis”.⁵⁵ Eleição na Guarda Nacional era, para ele, o mais supremo escândalo. Concluía o relato sobre as forças armadas dizendo: “o Brasil está desarmado”.⁵⁶ Fazia coro ao discurso do regresso por mais tropas e verbas para o Exército.

Ao falar da educação, além de opinar que o governo tinha que reformular a instrução primária, garantindo um currículo com conhecimentos “necessários”, entendia que a secundária deveria ser apenas para as pessoas das “classes elevadas e que não vão aos ofícios mecânicos, ou aos trabalhos braçais da lavoura”. As meninas deviam aprender tudo o que lhe convém para serem “criadas de si e de seus maridos”. Tanto meninos como meninas deviam aprender a religião por um catecismo “determinado pelo governo”, e

aprender os deveres da sociedade por um outro catecismo civil, cujos princípios se deduzam do primeiro, como fonte da verdadeira moral. Este catecismo deve ser seguido de um código em forma de Regulamento, em que se declarem simplesmente os castigos correspondentes aos crimes. De tais Catecismos devem banir-se as palavras enganadoras de liberdade e igualdade, com que se costuma engodar o povo rude, porque essas liberdades e igualdades ninguém as deve tomar por si mesmo. As autoridades é que devem ser obrigadas a sustentá-las em virtude da Lei.⁵⁷

A história recente das revoltas legitimava o discurso de que era preciso um maior e mais poderoso Exército e uma educação mais controlada e ainda mais restrita. Divulgava princípios conservadores e contrarrevolucionários, marcava posição na província recém conflagrada. O relatório era dirigido aos deputados locais, mas circularia no ministério e entre os outros presidentes, além de ser, eventualmente, reproduzido na imprensa. Souza d'Andréa não deixou de mostrar seus conhecimentos de engenheiro e opinou longamente sobre as obras das estradas, fornecendo diversos argumentos técnicos. Por fim, falou da colonização. Argumentou que colonos de fora do país eram importantes para promover o branqueamento, só seria preciso achar meios que os obrigassem a realizar “trabalhos uteis cotidianamente”, mas que, além disso, uma boa medida para resolver a questão da mão de obra para as obras públicas seria fazer como os ingleses e ir buscar colonos na África, poderiam pedir ao governo uma companhia para trazer africanos livres para as obras públicas, teriam um tutor, receberiam roupa e alimento nos primeiros anos, depois um pequeno salário, depois o salário corrente. Como a proposta não foi acolhida, no relatório seguinte indicou que “cada senhor de escravos desse um dia de serviço de cada escravo por mês em benefício das estradas”.⁵⁸

A visão de administrador ficava também clara no último item do longo documento, dedicado ao Arquivo Militar. Um arquivo guardaria e centralizaria os mapas, dados geográficos, memórias, instrumentos, além de ser um local para que os engenheiros trabalhassem; seria em uma sala no Palácio presidencial, assim o presidente poderia passar e conferir o andamento dos projetos⁵⁹. Buscando viabilizar a ideia, já trazia, no relatório, um projeto de lei e o regulamento do Arquivo, com o quadro funcional e o plano de carreira. Serviria de “centro de direção de todos os trabalhos pertencentes ao Corpo de Engenheiros, oficina de desenho, depósito dos mapas, planos, memórias, instrumentos”.⁶⁰ Propunha ainda o urgente investimento em um mapa da província, com a contratação de geógrafos e a compra de instrumentos eficazes.⁶¹ Atualizado com o que se discutia em cidades como Paris ou Londres, queria um decreto que obrigasse as prostitutas a irem ao hospital, já que havia homens que teimam

“em não ter mulher própria”, era preciso “limitar a liberdade delas”, e deixar a polícia “ter ação direta sobre essas mulheres”. Reverberando os reformistas ilustrados, dedicou uma parte do relatório de 1844 para louvar as propriedades do óleo de linhaça e de mamona produzidos em Minas, enumerou meios de incentivar o aumento da produção, assim como de tecidos finos de algodão, a plantação de azeitonas, a produção de chá de ouro preto (seria superior ao chá da China).⁶²

Na Bahia, o primeiro projeto de colônia militar e o caso do chicote no teatro

Saiu da presidência de Minas e foi nomeado presidente e comandante das armas da Bahia. Ia para uma província grande, de poder econômico e importante na política imperial. O *Brasil*, jornal do regresso conservador, agora na oposição ao gabinete de 1844, disse que quiseram tirá-lo logo de Minas para que outro presidente mais próximo do novo gabinete cuidasse das eleições e dos derrotados de 1842.⁶³ Buscavam entender a lógica do ministério ao mandarem o general do Regresso para uma província tão importante. Hörner avalia que o gabinete se apresentou com tom conciliador (Hörner, 2010, p.331) e mandar Andréa para a Bahia reforçava essa imagem, assim como manter Caxias no Rio Grande provava que a “ordem não era apanágio do gabinete anterior”.⁶⁴ Pela imprensa liberal foi dito que havia receio da revolta de Alagoas repercutir na Bahia,⁶⁵ pode ser que as difíceis lutas naquela província tenham despertado a necessidade de cautela no ministério.

Andréa desembarcou em Salvador e saiu do porto em uma “carruagem puxada a quatro e seguida de um piquete de cavalaria”⁶⁶ tendo sido festejado durante o caminho até o Palácio por centenas de portugueses, que “apinharam a praça do Palácio”, o *Guaycuru* escreveu que “muita gente pareceo ver nesse acto a entrada triunfal de um conquistador”.⁶⁷

Durante todo o período da administração de Andréa o jornal O *Guaycuru*, folha republicana de propriedade e redação de Domingos Guedes Cabral, cobrou o presidente por atitudes autoritárias e denunciou o descumprimento da lei. As principais acusações eram relativas ao tratamento dos guardas nacionais e dos soldados por castigos excessivos,⁶⁸ o aumento do recrutamento que causava carestia, a anulação de eleições para juízes de paz e para vereadores de algumas localidades, o pouco caso que demonstrava pela Assembleia provincial. Escreveu contra a obrigatoriedade de funcionários públicos participarem das cerimônias de beija mão e cortejos oficiais, sob pena de multa, “fato descomunal, despotismo estúpido”. Publicava em diferentes edições os altos ganhos mensais do “nobre presidente”.⁶⁹

Entre os jornais que defendiam o gabinete, o *Mercantil* de Minas Gerais publicou que na administração da Bahia o general Francisco d'Andréa estava, assim como seu Chefe de Polícia Gonçalves Martins, acima da política, acima dos dois partidos.⁷⁰ O *Correio Mercantil* da Bahia era o periódico governista que defendia cotidianamente as ações do presidente e respondia ao *Guaycuru*. O general Andréa era personagem frequente na imprensa nesses anos.

Logo na abertura do primeiro relatório, Andréa, ao falar da tranquilidade pública, mostrou preocupação com os indígenas da vila do Prado que tinham atacado uma fazenda, ia providenciar para “chamar estas hordas à civilização”. Os detalhes viriam em um tópico específico, “colônias militares”.

O serviço interno desta província não exige somente o emprego da força como proteção às autoridades, exige também em toda parte do Sul o emprego da força em proteção às plantações e aos lavradores contra as incursões dos Índios. Compreendendo a Província uma grande parte de terreno ocupado pelas hordas selvagens (...) convem igualmente impor-lhes respeito com uma força constante a vista e defender os lavradores dos seus ataques. Para isto vou propor vos os estabelecimentos de algumas colônias militares que no futuro se tornem povoações industriais.

Os destacamentos teriam de 30 a 50 homens, um engenheiro iria para desenhar as ruas, o local das praças e o local onde se edificariam as casas. As colônias deveriam ser formadas por gente moça, todos casados, “sendo este um meio de dar destino a muitas órfãs e recolhidas, mediante um dote”. Quis fundar uma primeira colônia para “proteger o aldeamento do missionário Fr. Caetano de Troina e facilitar a navegação do rio Mucuri. Seria preciso, acrescentou, “estabelecer mais de uma, sendo a mais urgente a do Rio Pardo, mas convirá primeiro cuidar bem de uma e depois de outras”. No entanto, terminou o governo sem conseguir fundar a colônia.⁷¹

Também na Bahia falou sobre a importância de organizar um arquivo da secretaria e um arquivo militar, opinando sobre a forma de guarda e o descarte dos “muitos papéis inúteis que se acumulam em todas as secretarias”. O arquivo militar deveria, como o plano para Minas Gerais, guardar os mapas, memórias, desenhos, e ser o local de trabalho e de fiscalização dos engenheiros. Um dos engenheiros que ele trouxera para trabalhar na província era o major José da Victoria Soares d’Andréa, seu filho.

As disputas políticas ganhavam visibilidade nas comemorações e festas cívicas. Enquanto o *Guaycuru* dizia que o cortejo com a efígie do imperador tinha sido esvaziado, mesmo com a obrigatoriedade de comparecimento dos funcionários públicos imposta pelo presidente, as festividades do 25 de março, aniversário do juramento da Constituição, tinham sido concorridas. Ao chegarem as comemorações do 2 de julho, em 1845, foram muitas as expectativas e as matérias na imprensa, o *Guaycuru* chamava o presidente de “portuguez conquistador que cruzara o Atlântico para fazer fortuna”, e mostrava indignação dele querer ter protagonismo nas comemorações. No ano seguinte, a disputa simbólica acirrou-se, para Pedro Calmon o motivo foi o presidente ter “imprudentemente suprimido o carro do caboclo do préstito patriótico. Parecia-lhe de mau gosto e agressivo” (Calmon, 1967). Os jornais da época não noticiaram a ausência do carro em 1846, contaram que a festa foi animada e que houve desfiles seguidos de “imenso povo”, iluminações noturnas no terreiro do colégio e espetáculo no teatro após o desfile. Era usual nos intervalos dos dramas haver proclamação de poemas, na noite do 2 de julho, o espetáculo iniciou com o hino, muitos vivas e quatro poemas foram recitados, só que depois do primeiro ato do drama, o poeta Manoel Pessoa da Silva, de frente do seu camarote, recitou duas quadras do hino “nunca mais o despotismo”, em “voz firme e enérgica”, tendo recebido muitas palmas e pedidos para que seguisse; o clima era de euforia. O presidente e seu filho estavam presentes no espetáculo, durante a declamação do hino da Bahia, o major José da Victoria d’Andréa entendeu que o pai estava sendo ofendido, foi até o camarote do poeta, entrou e chicoteou Pessoa da Silva. O poeta era conhecido por suas ideias radicais. Na confusão, a mulher do poeta também foi atingida, houve gritaria, vieram o chefe de polícia e o delegado, o filho do presidente saiu escoltado para a prisão.⁷² Dois dias depois lia-se no *Guaycuru* sobre a “atrocidade do tirano da Bahia”, que ainda teve a “audácia do emprego de um chicote”⁷³ a revolta e a comoção eram grandes. Pedro Calmon escreveu que o episódio motivou a demissão de Andréa (Calmon, 1975, p. 357).

Saiu da Bahia em agosto de 1846 e no mesmo mês foi nomeado Conselheiro da Guerra, passou a compor o conselho supremo militar de Justiça, assumia, na volta para a Corte, um posto de extremo prestígio e importância no tribunal militar, era um reconhecimento institucional, uma prova de confiança do Exército. Em termos de honrarias, em abril de 1845 tinha ganhado o título de comendador da Ordem da Rosa. O comendador Andréa ficaria na corte atuando na justiça militar, até ser nomeado em janeiro de 1848 para a presidência do Rio Grande do Sul.

Nas fronteiras do Sul, colônias, mapas e arquivos

Juan Manuel Rosas dominava em Buenos Aires e sua política era vista como perigosa, “governava pelo terror”, daí a ideia, segundo Sisson, de mandar o experiente general estadista para frear as pretensões de Rosas no Sul do Brasil (Sisson, 1999, p. 127). Ali Andréa fez viagens pela província, examinado campos e fronteiras, “mandou cobrir a cidade do Rio Grande com um entrincheiramento,

distribuiu destacamentos, acampamentos de grandes forças” (Sisson, 1999, p. 128). Os jornais acompanharam o processo de fortalecimento militar da província, o assunto despertava interesse, tendo em vista a situação política incerta no Rio da Prata; a maioria dos jornais publicava notícias favoráveis ao presidente, louvando sua nomeação em momento delicado, a imagem mais veiculada era que ele “estava acima dos partidos” e era competente para organizar as forças, avaliar e prevenir os perigos. Uma carta particular de Porto Alegre publicada no *Jornal do Comércio* dizia que

o general Andréa tem recebido por toda a parte o melhor acolhimento e sua viagem será sumamente proveitosa à província. Tendo saído desta capital em novembro, visitou Santo Amaro, Triumpho, Rio Pardo, Cachoeira, Cassapava, São Gabriel, Alegrete e Uruguaiana, onde o encontrei. O general conheceu a importância militar deste ponto... protegido por um sistema de fortificações que estão em construção.⁷⁴

Era um momento de muitas disputas e o capital político do Andréa estava alto. Justiniano José da Rocha comparou o peso e o valor de Andréa ao peso e valor político de Honório Leão,

como vai para Pernambuco o Sr. Honório, foi então para Ouro Preto o general Andréa. Revestido da máxima confiança do governo, com ele identificado em vistas, em pensamento.... O Sr. Carneiro Leão vai em Pernambuco (buscar) a pacificação moral depois da pacificação material. É um estadista.⁷⁵

O general que tinha feito a “pacificação material” no Pará e que também demonstrara ser capaz da “pacificação moral” em Minas era referido como exemplo.

O *Correio Mercantil*, no entanto, ia publicando vozes dissonantes, vez por outra questionavam a imagem quase imaculada de Andréa. Na época das eleições, publicaram cartas e acusações de que o presidente não tinha sido imparcial, pelo contrário, ameaçou os empregados públicos com a demissão caso não votassem na chapa do governo, espalhou boatos falsos que a oposição queria matar portugueses, o “general prestou-se a esse ridículo manejo eleitoral”.⁷⁶ Já mais para o final do ano republicaram uma eloquente matéria do jornal *Porto-Alegrense*:

A verdade é que o Sr. General Andréa irascível por caráter, violento e áspero por sistema, vai cada dia alienando mais de si a opinião publica, a ponto de não ter hoje um só amigo, ouvis srs. ministros, um só amigo no Rio Grande. Dando por páos e pedras, atropelando todos os direitos...⁷⁷

No ano seguinte, em 1850, a situação na fronteira se complicava e Andréa perdeu a posição hegemônica. Foi acusado de ter administrado mal as tensões, estaria sofrendo críticas tanto dos saquaremas, como dos liberais do Rio Grande. A entrada de Paulino José Soares de Souza no ministério dos negócios estrangeiros veio com debates na imprensa liberal de que a troca dos ministros tinha sido devida a falhas na política externa na região do Prata, pois Olinda, o ministro anterior, não tinha declarado apoio ao Paraguai e com isso teria contemporizado com Rosas. A atuação do Barão de Jacuhy, que invadiu Corrientes com 400 homens para reaver gado roubado, era um grave sinal de descontrole do governo na região.⁷⁸ Paulino justificou a demissão de Andréa ao Parlamento por ele não ter informado ao governo de forma satisfatória as notícias sobre ajuntamentos na fronteira e por ter perdido a força moral na província.⁷⁹

Francisco d'Andréa ficou quase dois anos na administração no Rio Grande e um dos temas relevantes foi a colonização. Trouxe no primeiro relatório uma tipologia das colônias possíveis e

necessárias para o Rio Grande. Ele via cinco conformações, sendo que para cada conjuntura regional indicava um modelo de colonização; recomendava as militares para duas situações: “nos lugares expostos às incursões dos Indígenas não civilizados, assentes bem no centro dessas matas, que só eles e os tigres habitam, para extinguir os segundos e obrigar os primeiros a procurar os povoados”,⁸⁰ e nas fronteiras da Província, “tanto com as outras do Imperio, como com as repúblicas nossas vizinhas”. Igualava os indígenas a feras, assim como D. João VI fizera ao chegar no Brasil e declarar guerra aos Botocudos, iniciativa testemunhada por Andréa.

Para poder começar a implementação da colonização militar, trazia o regulamento que tinha preparado para a Bahia em 1845. O texto, composto de 32 artigos, previa desde os oficiais obrigatórios, o número de soldados que fosse julgado suficiente para cada situação, as ferramentas e animais que cada colono receberia, os equipamentos necessários para a fundação de cada estabelecimento (tenda de ferreiro completa, roda de ralar mandioca, aparelho de fazer farinha, moinho de fubá), os deveres e obrigações dos colonos soldados, proibições e punições, até o lugar adequado para a praça da matriz e a necessidade de ter um posto fortificado. Abarcava aspectos diversos, previa expulsão para colonos que se embriagassem, o artigo 9º dizia que o colono que abandonasse a colônia seria considerado desertor, punido e despedido, isentava do recrutamento os filhos e netos dos “colonos primitivos”, mas todos deviam fornecer uma milícia para a defesa da colônia. O regulamento ainda dizia que era obrigatório que todos declarassem “qual é a sua religião e que a siga; todo aquele que mostrar não professar ou não respeitar religião alguma será expulso da Colônia”. O último artigo proibia a posse de escravos (aquele que desobedecesse seria expulso). Na Bahia houve muita reclamação da proibição dos escravos.⁸¹

Para além da questão dos escravos e do excessivo regramento, exigindo, por exemplo, apenas colonos casados, quesitos difíceis de serem cumpridos, o nível de investimento que esperava do governo para a colonização militar era fora da realidade, nenhuma colônia nesses moldes foi fundada.

O *Jornal do Comércio* publicou um extrato de seu relatório de governo sobre colônias e indígenas,⁸² dois temas que tinham repercussão no momento. No excerto, falava da importância de medir e demarcar as terras para evitar problemas de disputas entre os colonos, como estava ocorrendo em São Leopoldo. O *Brasil* também publicou trechos do mesmo relatório para elogiar a perspectiva de integração e homogeneização que trazia por conta da proibição da entrada de novos alemães em São Leopoldo buscando evitar “uma Alemanha entre nós”, pois o “mal maior do império é já ser composta a sua população de tantos elementos heterogêneos”.⁸³

A ideia de abrir uma estrada e distribuir concessões de terras para incentivar o surgimento de novos núcleos populacionais ao longo de caminhos foi posta em prática na estrada de Santa Cruz, ligando Rio Pardo e Cruz Alta. Andréa, no relatório de 1850, falava das concessões de terra que tinha feito na beira da estrada, ia encaminhar colonos que chegassem para aquela região.⁸⁴ O filho, major Andréa, continuou seguindo o pai de perto e no Rio Grande iniciou sua própria carreira política, foi eleito deputado provincial.⁸⁵

O plano educacional de Andréa previa formar as crianças das classes populares para o trabalho, no relatório de 1848 do Rio Grande do Sul usou como argumento de autoridade a experiência na “criação da primeira escola dos Meninos do Trem”, em 1817 em Pernambuco, ideia, segundo ele, imitada depois na Corte e em outras Províncias. Tinha criado uma escola para que “aprendessem todas as artes e não apenas para os arsenais”, os meninos tinham aulas pela manhã, almoçavam na escola e pela tarde saíam para trabalhar nas diversas oficinas da cidade, recebiam jornais “correspondente ao tempo de trabalho e ao merecimento”, mas o pagamento ia para os cofres provinciais, concorrendo “com as despesas para a escola”.⁸⁶ Manejava as populações desvalidas onde pudessem ser “úteis ao Estado”, as órfãs deviam ser enviadas para casar-se com soldados da colonização militar.

Além de estadista e militar, Francisco d'Andréa era reconhecido como um técnico, um engenheiro com experiência em obras diversas e um estudioso de geografia e dos mapas. Novidade na administração do Rio Grande do Sul foi que conseguiu instituir um “arquivo militar, geográfico e civil”,⁸⁷ ficaria unido à Direção Geral das Obras Públicas, “encarregado do projeto e execução de todas as obras militares da província”. Ficava em duas amplas salas do Arsenal de Guerra, ali trabalhavam dois “desenhadores de alguma habilidade que se vão aperfeiçoando”, e os engenheiros Mabilde, Norman e Frederico Hetman, sob a direção do 1º Tenente de engenheiros Antonio Dias da Costa.⁸⁸ Investiu 6 contos na compra de instrumentos geodésicos. No mesmo documento, lamentava que fossem poucas as províncias de “primeira ordem” que possuíssem um arquivo organizado com mapas atualizados e um centro ilustrado de direção das obras públicas.⁸⁹

Assim, fazia sentido ter sido nomeado para presidir a comissão para demarcação da fronteira com o Uruguai, conhecia a região, tinha lutado na Guerra Cisplatina e tinha comandado a praça de Montevidéu. Após a assinatura do tratado de 1851, era mister demarcar os limites, foi nomeado para ser o primeiro comissário do Brasil, para trabalhar com o primeiro comissário uruguaio, Coronel José Maria Reys, militar nascido em Córdoba, integrante do Exército Republicano, coronel de engenheiros, importante geógrafo, que significativamente tinha lutado contra Andréa na batalha de Ituzaingó, em 1827, tendo sido o autor da primeira carta topográfica do Uruguai. Começaram os trabalhos em 1852. A imprensa de oposição, o *Grito Nacional*, denunciou os gastos que considerou abusivos da comissão, mais “todo o aparato belicoso” e o “espalhafato” da “decantada demarcação” que chamou de “empresa dramática” que “nada demarcava”.⁹⁰ Bissigo observou que Andréa usou pela primeira vez a “triangulação em grande escala, tornando a divisão entre Brasil e Uruguai uma das mais bem estudadas do Império” (Bissigo, 2021, p. 89).

Em termos de honrarias, ainda nesses anos vieram duas importantes, uma de distinção social, o título de barão de Caçapava em 1855 (referência a atual cidade de Caçapava do Sul), e outra política, em 1856 foi nomeado conselheiro de Estado, escolha que a imprensa de oposição criticou, analisando: “agora que tanto se trata de colonização, o voto do Sr. Andréa deve ser de grande peso”.⁹¹ Morreu no Rio Grande, em 1858, na mesma vila São José, para onde tinha sido mandado em exílio, em 1834.

Percorrer a trajetória profissional de Francisco d'Andréa torna visível como desde 1817 a vida militar e a política estiveram juntas. Atuou na parte administrativa do Exército, no tribunal militar, foi soldado no campo de batalha e comandou tropas em recontros diversos. Ocupou boa parte dos principais espaços políticos do sistema representativo do Império e esteve presente na imprensa, foi objeto de polêmicas, colaborou para pautar o debate público sobre as forças armadas e o fortalecimento do Exército. A imagem do administrador militar conquistador era uma faceta da moeda colonial que ainda circulava e era valorizada como ativo político.

Francisco Soares d'Andréa foi considerado por estudiosos como um militar politicamente isolado que saiu das sombras para comandar a repressão aos cabanos, voltando ao ostracismo depois (Machado, 2012). Kraay afirmou que as críticas à atuação de Andréa no combate às revoltas foram recorrentes, enquanto Caxias ganhou o título de pacificador (Kraay, 2017, p. 155). Mas qual título seria esse? A medalha de pacificador foi inventada pelo Exército em 1953, em comemoração ao sesquicentenário do nascimento de Caxias, o militar escolhido como patrono do Exército nacional. Durante a ditadura militar, Pedro Calmon, historiador conservador, escreveu em sua coluna semanal d'*O Cruzeiro*, “Segredos e revelações do Brasil”, que o general Francisco d'Andréa tinha sido um dos homens que “construiu o Brasil” e “a sua missão consistia em pacificar” (Calmon, 1967). No século XIX, ambos foram considerados pacificadores pela imprensa conservadora, por políticos, pela grande imprensa, Francisco Soares d'Andréa foi um “pacificador” e, ao mesmo tempo, foi um “conquistador”. Adriana Souza observou que, ao contrário de Andréa, “Caxias era extremamente político” e tinha uma visão diferente sobre os

derrotados em combate, pensava a guerra politicamente e usou, por exemplo, caboclos no Maranhão nas tropas legalistas (Souza, 2008, p. 426). Contudo, observou também que na etapa final dos combates, a família de Raimundo Gomes e mais 364 caboclos de sua tropa foram embarcados para o Sul (sabe-se lá em que condições). Desterrar a família foi uma forma de pressionar pela rendição do líder. Quando afinal Gomes saiu das matas em Miritiba, Caxias levou-o preso até São Luiz e lá anistiou-o, obrigando-o a assinar um “termo de evacuação”, segundo o qual precisaria ficar 8 anos longe do Maranhão. O acordo foi que iria para São Paulo, buscar reencontrar a família. Todavia, durante a viagem, o vaqueiro Raimundo Gomes foi assassinado. Caxias não mandou instaurar processo pelo crime (Souza, 2017, p. 189). O Brigadeiro Andréa, como mostrou Harris (2017, p.319), pensou politicamente quando racializou o conflito no Pará; declarou que os brancos corriam perigo, insistiu em transformar a revolta em uma guerra racial, deslegitimando as demandas políticas dos rebeldes e naturalizando a violência da repressão. Ambos compartilhavam da mesma visão hierarquizada da sociedade, eram quadros de destaque do partido conservador e foram militares atuantes na vida política do XIX.

A presença de um militar na administração pública era naturalizada no XIX, conforme o tempo foi passando, eram poucas as vozes que o chamavam de conquistador. A violência desmedida que empregou foi ferramenta vista como essencial para o projeto nacional homogeneizador e escravista. Se, para a imprensa liberal radical ele fazia pouco caso das leis, para a maioria dos jornais e para a imprensa conservadora ele era um pacificador, um militar de respeito e, mais do que tudo, um estadista. Afinal, a “pacificação material” era uma etapa necessária para a desejada “pacificação moral”.

Dedicou-se à confecção de mapas, elaborou vários regulamentos, foi autor do projeto para o plano nacional de aposentadoria para os militares, outro para regulamentar promoções, fazia mapas populacionais e quadros estatísticos. No acervo dele no IHGB há obras sobre o cultivo do mate, telégrafos, minas de cobre e de carvão.⁹²

O general Francisco de Lima e Silva, contemporâneo de Andréa e comandante das tropas que derrotaram os confederados em 1824, sentia que o controle sobre os povos estava mais difícil após a constituição:

...naquela época (1817) os povos eram obedientes, e ainda não se lhes tinha pregado com Constituição, liberdade, soberania popular, e outras doutrinas semelhantes, com que se iludem as pessoas incautas, prevenindo-as contra as legítimas autoridades, por mais justo e liberal que seja o seu proceder.⁹³

Francisco José de Souza Soares d’Andréa pode contar com a suspensão das garantias constitucionais para governar no Pará, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Em março de 1838, no discurso de abertura da Assembleia Provincial do Pará, pontuou que para aniquilar as forças do inimigo era preciso

prescindir das formalidades com que a Ley escuda os criminosos (...) as revistas domiciliares ou buscas nas casas, sendo feitas todas as vezes que se sente a necessidade delas, tem posto em susto todos os malvados, ficando por este modo mais um escudo do crime quebrado a favor da razão e da justiça.⁹⁴

Andréa explicava o motivo de não ter mandado publicar a lei de 1835 que autorizava a suspensão das garantias constitucionais, pois valeria por apenas seis meses, daí precisaria brigar pela prorrogação e seria arriscado. Ao invés disso, declarou estado de Guerra e agiu com autonomia.⁹⁵ Mesmo em maio de 1838, observava, se tivesse seis meses da suspensão legal não daria para todos os rebeldes da província estarem “processados ou executados”. Naquele momento, o Ministério da Justiça tinha enviado um

Decreto autorizando prorrogar por um ano a Lei de 1835, e por isso publicaria a Lei, “teremos ano e meio para fazer uso dela nos lugares conquistados”.⁹⁶ Falava em lugares conquistados e em executados com naturalidade, deixando claro como, para ele, a constituição era um “escudo do crime”.

Como chefe militar, acreditava nos castigos corporais para a formação do soldado disciplinado. Não se constrangia de abusar da violência, não foi por outra razão que seu filho se sentiu legitimado para ir até o camarote de um poeta opositor para chicoteá-lo pelas costas. A permanência de Andréa nos quadros administrativos por tanto tempo e o reconhecimento público que recebeu, são índices eloquentes da força da dimensão colonizadora do Exército e do Estado brasileiro durante o XIX e do convívio tenso de muitos desses agentes com a ordem constitucional.

Referências

ANDRÉA, José. **O marechal Andréa nos relevos da História do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

BASILE, Marcelo. **A politização das ruas**: projetos de Brasil e ação política no tempo das Regências. Brasília: Edições do Senado Federal, 2022.

BERNARDES, Denis. A gente ínfima do povo e outras gentes na Confederação do Equador. In Dantas, Mônica (org.). **Revolutas, motins, revoluções, homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011. p. 131-166.

BISSIGO, Diego N. **Um estado de visão**: a cartografia na legibilidade do Brasil Império. Tese de doutorado, História, UFSC, 2021.

CALMON, Pedro. **História de D. Pedro II**. S. Paulo, José Olympio, 1975.

CALMON, Pedro. Segredos e revelações do Brasil – O esquecido general Andréa. **Revista O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, ed. 33, 1967.

CARVALHO, Marcus. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. **RBH**, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao sul do Império**: a lei de terras e a consolidação da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880). 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

COSTA, Vivian Chierregati. **Suspensão de garantias na monarquia constitucional representativa brasileira**: debates parlamentares, práticas políticas e contestação à ordem (1824-1842). 2020. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

CUNHA, Jorge L. **Os colonos alemães de Santa Cruz e a fumicultura, Rio Grande do Sul, 1849-1881**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1988.

CURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, Ciência, Saúde - Manguinhos**, v. 11, n. 1, p. 109-129, 2004.

CRAVO, Telio Anísio. **Caminhos do mercado de trabalho no Brasil do século XIX**: livres, libertos e escravizados nas construções de pontes e estradas da Província de Minas Gerais. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

DRUMOND, Juliana. **O gabinete de 2 de fevereiro de 1844 e o seu papel no processo de consolidação monárquica**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FERREIRA, Samuel. **Filhos bastardos da constituição do Império**: trabalho compulsório e a formação do Estado nacional na província do Pará (1826-1831). 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2020.

- FERREIRA, Gabriela Nunes. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- GANDIA, Leonardo dos Reis. **A política no fio da espada**, Caxias e a consolidação dos interesses brasileiros no Rio da Prata (1842-1852). 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- HARRIS, Mark. **Rebelião na Amazônia: Cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil (1798-1840)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.
- HÖRNER, Erik. **Em defesa da Constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)**. 2010. Tese (Doutorado História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- LIMA, Leandro Mahalem de. **Rios Vermelhos, perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835**. 2008. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- MACHADO, André. O direito e o arbítrio em tempos de guerra: os debates no parlamento em torno das garantias constitucionais durante a repressão à Cabanagem (1835-1840). In: NEVES, Lucia B., BESSONE, Tânia (org.). **Dimensões políticas do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.
- MACHADO, André. O fiel da balança: o papel do Parlamento brasileiro nos desdobramentos do golpe de 1831 no Grão Pará. **Revista de História**, São Paulo, n. 164, p. 195-241, 2011.
- MACHADO, André. As interpretações dos contemporâneos sobre as causas da cabanagem e o papel do parlamento. **Revista História**, São Paulo, n. 175, p. 281-317, 2016.
- NEEDELL, Jeffrey D. **The party of order, the conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871**. Stanford, Stanford University Press, 2006.
- OLIVEIRA, Maria Luiza F. O Exército e a “difícil luta contra a independência dos homens do campo”, embates na construção do Estado no Brasil, 1840-1870. In: SOUZA, Adriana, MAUD, Chirio et all (org.). **Pacificar o Brasil, das guerras justas às UPPs**. São Paulo: Alameda, 2017.
- PEREIRA, Thailana de Jesus Cordeiro. **A suspensão constitucional no Pará com a Lei 26 de 22.09.1835 e as medidas para a repressão aos cabanos (1835-1840)**. Dissertação (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- KRAAY, Hendrik, **Política racial, Estado e forças armadas na época da independência: Bahia, 1790-1850**. São Paulo, Editora Hucitec, 2011.
- KRAAY, Hendrik, Pacificação e política, 1835-1846. In: SOUZA, Adriana, MAUD, Chirio et all (org.). **Pacificar o Brasil, das guerras justas às UPPs**. São Paulo, Alameda, 2017.
- RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, v. 11, n. 22, 2007.
- SÁ PINHEIRO, Luis Balkar. Cabanagem: percursos históricos e historiográficos. In: DANTAS, Monica (org.). **Revolutas, motins, revoluções, homens livres pobres no Brasil do XIX**. São Paulo, Alameda, 2011, p. 201-231.
- SISSON, S. A. **Galeria dos brasileiros ilustres, vol. II**. Brasília, Senado Federal, Coleção Brasil 500 anos, 1999 (reedição da edição de 1861).
- SOUZA, Adriana. Conserver, pacifier, coliniser: la création de l’armée brésilienne au XIX siècle, **IdeAs**, Institut des Amériques, 20/2022.
- SOUZA, Adriana. **Duque de Caxias, o homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.
- SOUZA, Adriana. **O Exército na consolidação do Império, um estudo histórico sobre política militar conservadora**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997.
- TAMAE, Rafael da Fonseca. **A política externa do Brasil Império e a Guerra contra Oribe e Rosas: um estudo sobre o debate político na intervenção de 1851**. Dissertação de mestrado, História Social, FFLCH, USP, 2020.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (Um brasileiro). **Memorial orgânico: que a consideração das Assembleias geral e provinciaes do Imperio apresenta um Brasileiro**. Madrid, Impr. da viúva de D. R. J. Dominguez, 1849.

Notas

¹ Francisco d'Andréa nasceu em 1781 em Lisboa, filho de fidalgo português José Joaquim Soares, neto de militar italiano. A trajetória dos irmãos aparece em documentos diversos na Caixa 720, Papéis de José M. S. Soares d'Andréa, e na Caixa 403, Majoaria Geral da Armada, Arquivo Histórico da Marinha. Lisboa. Segundo Calmon (1967, p.42), a mãe Isabel Narcisa de Santana e Sousa, era natural da Bahia.

² O Brasil, Rio de Janeiro, 2.03.1843, ed.376, p.2.

³ A atuação de Francisco d'Andréa no Pará durante a Cabanagem foi mapeada; há também perfis biográficos laudatórios, como o de José d'Andréa (1977).

⁴ Projeto de Regulamento do qual foi encarregada por S.M.I. a Seção do Império do Conselho de Estado para o estabelecimento de colônias militares nas matas que limitam as províncias de Pernambuco e Alagoas (Rio de Janeiro, 25.10.1850. Lata 217, pasta 35. IHGB, Coleção Marques de Olinda).

⁵ Projeto de Regulamento...Lata 217, pasta 35, IHGB, Col. M.Olinda (grifos meus).

⁶ Projeto de Regulamento...Lata 217, pasta 35, IHGB, Col. M.Olinda.

⁷ Projeto de Regulamento...Lata 217, pasta 35, IHGB, Col. M.Olinda.

⁸ Varnhagen escreveu em 1849 o texto Memorial Orgânico, sugerindo medidas a serem tomadas pelo governo para modernizar o país. Edição anônima de 1849, p. 2.

⁹ Projeto de Regulamento...Lata 217, pasta 35, IHGB, Col. M.Olinda.

¹⁰ A república durou pouco mais de dois meses e foi duramente reprimida, Carvalho (1998) salienta que “morreu mais gente fuzilada, enforcada e linchada pela repressão do que combatendo pela república”. Rego Barreto chegou em junho, já com o governo revolucionário dissolvido pelas tropas do Conde dos Arcos da Bahia. Instaurou uma comissão militar, da qual participou Francisco d'Andréa.

¹¹ Rego Barreto ficaria no governo da Capitania até 1821, tendo feito jurar a nova Constituição apenas em julho, no meio do turbulento processo eleitoral para as Cortes (no Rio de Janeiro foi jurada em abril).

¹² Ofício do Paço Imperial, 14.07.1823, Diário do Governo, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p.734

¹³ Ofício, 6.01.1824, Diário do Governo, n. 6, v. 3º. Repartição dos Negócios da Guerra, RJ, Imprensa Nacional, p.27.

¹⁴ Ofício, 16.06.1824, Diário Fluminense, n. 187, v. 3º. Repartição dos Negócios da Guerra, RJ, Imprensa Nacional, p. 570.

¹⁵ Ofício, 19.06.1824, Diário Fluminense, N.187, vol.3º. Repartição dos Negócios da Guerra. RJ, Imprensa Nacional, p.570.

¹⁶ Ofício de João Vieira de Carvalho, Negócios da Guerra, 14.08.1824. Diário Fluminense, N.41, vol.4. RJ, Imprensa Nacional, p.41.

¹⁷ Era de responsabilidade dele a “direção dos trabalhos, a admissão e demissão dos operários, arbitramento de jornais, compra e escolha de materiais, chamamento de operários ao ponto...”, nas instruções do governo em 6.11.1824, Diário Fluminense, RJ, Imprensa Nacional, p.566.

¹⁸ Na galeria de S. A. Sisson (1999, reedição da edição de 1861, p.101). Segundo Inocêncio Silva, o perfil de Andréa foi escrito pelo filho, José Victoria S. d'Andréa.

¹⁹ *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, 16.06.1830, ed. 350, p. 2.

²⁰ *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, 16.06.1830, ed. 350, p. 2.

²¹ A citação está no trabalho de Samuel Ferreira que reconstitui os conflitos em torno do controle da mão de obra indígena na província, ver Ferreira (2020, p.118).

²² Ferreira (2020, p.119). Em ofício de junho de 1831, Andréa diz que o motim foi feito por “soldados iludidos”.

²³ André Machado mostra como a oposição considerada exaltada nessa época foi acusada diversas vezes de “agitar” os escravos e os indígenas, Machado (2011, p. 205).

²⁴ Sobre a crise política, o golpe de 1831 no Pará e as disputas em torno do trabalho indígena ver Machado (2011).

²⁵ *Annaes do Parlamento Brasileiro*, Sessão 23.08.1831, e sessão 21.10.1831. Colligidos por Antonio Pereira Pinto, Tomo 1º, Rio de Janeiro, Typographia H. J. Pinto, 1878. p. 54 e 241. Doravante APB.

²⁶ S. A. Sisson, *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, sentenças de 19.06.1832 e de 31.07.1832, p. 109.

²⁷ Trechos da ata de fundação. Esteve na reunião de fundação no dia 11.08.1833, na Corte (Basile, 2022, p. 725).

²⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 4.11.1833, p.2.

²⁹ Faziam reuniões na Quinta da Boa Vista, espalhou-se a notícia de que planejavam nova rusga, como a que ocorrera em abril de 1832. Fizeram uma busca no palácio e encontraram cerca de 60 armas e 1500 cartuchos de munição e 14 militares e civis lá escondidos (Basile, 2022, p. 848-850).

³⁰ Ofício do Ministerio da guerra ao presidente do Rio Grande, *Diario oficial*, 25.01.1834

³¹ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 2.01.1834, Movimento do porto, p. 4.

³² *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 30.12.1835, p. 2, editorial.

³³ S. A. Sisson, *Galeria...*, p.112. Ainda em 1861 a ideia de conquista seguia legitimada, mesmo com todo o debate que houve na época.

³⁴ A Cabanagem eclodiu em diferentes partes da região amazônica, envolveu índios, mestiços, negros e brancos, teve feição radical em diversos episódios, conferir, entre outros: Ricci (2007), Sá Pinheiro (2011). Andréa promoveu um massacre, o número de mortos é estimado entre 15 e 30 mil pessoas (Harris, 2017, p.338). É a fase mais estudada da trajetória do militar, sobretudo na dissertação de Pereira (2018).

³⁵ Ofício de 27.05.1836 *apud* Lima (2008, p. 176). Andréa estava reclamando dos juízes de paz que seriam coniventes com a rebelião e os jurados que absolviam cabanos. Falou reiteradamente contra o Júri e os juízes de paz ao longo da vida.

³⁶ APB, sessão 25.06.1839.

³⁷ *Chronica Maranhense*, Maranhão, 5.04.1838.

³⁸ O Corpo de Trabalhadores era um dispositivo “legalizando o emprego compulsório da mão de obra de todos os homens, exceto os brancos, que não pudessem comprovar ocupação regular” (Machado, 2016, p.312). Causou espanto a denúncia de que na beira dos rios viam-se homens acorrentados sendo levados para as obras públicas, “muitos nem mesmo eram ex-rebeldes”, segundo o deputado que fazia a denúncia, Ângelo Custódio.

³⁹ A citação está no capítulo de Machado (2012, p. 159).

⁴⁰ *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, ed. 156, 2.07.1839, p. 3. O deputado Angelo Custódio pelo Pará fez uma narração de inúmeros abusos e crimes cometidos, e pediu explicações ao general que, “em tom desdenhoso”, respondeu que nada tinha a explicar. A edição trazia esse debate, afirmando que os generais devem explicações ao parlamento e à sociedade, e usava como argumento os generais franceses que acusados de abusos na África responderam uma a uma cada acusação na Câmara, enquanto Andréa mantinha “altivez militar”.

⁴¹ *Diário de Pernambuco*, Recife, 14.09.1839, p.3, o mesmo artigo também saiu no *Diário do Rio de Janeiro*.

⁴² *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ed. 012, 14.01.1840. Na ed. 119, “distinto marechal Andréa, terror dos anarquistas”, 16.06.1840.

⁴³ *Jornal O Homem do Povo*, 29.04.1840, ed. 00012, p. 4. Jornal semanal de fevereiro de 1840, declarava-se monarquista constitucional e moderado. Em seu primeiro número publicaram eloquente argumentação contra a condenação à morte pela justiça militar dos militares envolvidos na Sabinada na Bahia. O jornal publicou denúncias contra Andréa em muitas edições, desde a primeira, quando apelidaram-no de o “General do Regresso”. Ed.1, 26.02.1840, p.6. Um dos temas do jornal era denunciar a corrupção de oficiais militares e a administração do ministro da Guerra Conde Lages.

⁴⁴ Após a morte de D. Pedro I em 1834, os restauradores aliaram-se à ala conservadora dos moderados, engrossando o movimento regressista na Câmara e fortalecendo o futuro Partido Conservador (Needell, 2006, p. 58-59).

⁴⁵ APB, sessão em 12.06.1840, p.719. O deputado que fez a ressalva ao ministro Salvador Maciel foi o sr. Marinho.

⁴⁶ Ofício pedindo a suspensão das garantias, 21.10.1840, Ao ministro da Justiça, de Francisco José de S. S. d'Andréa. APB, sessão em 26.05.1841, p.282. De toda forma, seguiu elogiado pela imprensa, a avaliação era que tinha refeito o plano militar provincial e o governo ficou em melhor posição.

⁴⁷ APB, Deputado Maciel Monteiro, sessão 9.06.1841.

⁴⁸ *Correio Oficial*, Rio de Janeiro, ed.168, 9.01.1843.

⁴⁹ *Correio Oficial*, Rio de Janeiro, ed. 186, 22.02.1843. Sobre os sentidos do conceito de pacificação no XIX, ver Kraay (2017).

⁵⁰ *O Brasil*, Rio de Janeiro, ed. 373, 23.02.1843, p. 3 O jornal, em outras matérias, reiterava que a escolha do Andréa atestava a boa política do novo gabinete. “Nosso apoio é pela causa da ordem contra a facção demagógica, contra a tendência democrática” p. 2, ed. 376, 2.03.1843.

⁵¹ *Correio Oficial*, Rio de Janeiro, ed.331, 3.01.1844, Andréa ia em terceiro lugar na lista com uma distância de 200 votos em relação ao quarto colocado, Saturnino de Souza Oliveira, irmão de Aureliano Coutinho, a quem os Saquaremas queriam derrotar. Rodrigues Vianna, segundo colocado, teve apenas 65 votos a mais do que Andréa.

⁵² Assumiu no dia 25.03.1843. Pediu demissão em março de 1844, em junho foi nomeado presidente da Bahia, embarcou em novembro para Salvador.

⁵³ *Falla dirigida à Assembleia legislativa provincial de Minas Gerais na abertura da sessão do ano de 1843, pelo presidente Francisco J. S. S d'Andréa*, Ouro Preto, Typografia do Correio de Minas, 1843, p.11. Documento com 78 páginas mais mapas.

⁵⁴ *Falla...*1843, p.21. Nas discussões na Assembleia em junho/1841 sobre a fixação das forças de terra e o tempo de recrutamento, Andréa disse que era impossível formar um bom soldado nos quatro anos que os voluntários usualmente ficavam, teriam baixa quando estivessem disciplinados; propunha passar os voluntários para 6 anos e os recrutados para 12 anos (APB, sessão 17.06.1841, p.588/589, e outros dias subsequentes). A lei aprovada fixou em 6 anos para os voluntários e 8 para os recrutados (APB, 21.06.1841, p.630). Kraay mapeou os principais debates sobre modelos de organização do Exército na década de 1830 e 1840 (2011).

⁵⁵ *Falla...*1843, p.16. Iam ocorrer eleições para oficiais da 1. Cia de Ouro Preto e Andréa mandou que comandantes superiores acompanhassem o pleito, fiscalizando, proibindo que nas cédulas os guardas escrevessem manifestações ou levantassem a voz, o juiz de paz retrucou que era ilegal e o debate foi para as páginas d'*O Brasil*, quando o redator aproveitou para criticar a “organização democrática da guarda nacional”, ed.397, 2.05.1843, p.1 e 2.

⁵⁶ *Falla...*1843, p. 17.

⁵⁷ *Falla...*1843, p. 25, grifo meu.

⁵⁸ *Falla dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais pelo presidente Francisco J. S. S. d'Andréa*, Rio de Janeiro, Typ. De J. Villeneuve e Cia, 1844, p.42. Sobre a mão de obra de escravizados nas estradas de Minas Gerais ver Cravo (2018).

⁵⁹ *Falla...*1843, p. 67.

⁶⁰ *Falla...*1843, p.68.

⁶¹ Historiou as iniciativas anteriores, concluiu que havia vários mapas parciais, faltava uma carta geral da província. O arquivo não foi criado. *Falla*, 1844, p.49 e 50. Sobre a produção de mapas provinciais no XIX, inclusive o levado a cabo por Andréa, ver Bissigo (2021).

⁶² *Falla...*1844, sobre as prostitutas, p.20, sobre os óleos e o chá, p. 52 e 53.

⁶³ *O Brasil*, Rio de Janeiro, 29.10.1844, ed. 602, p. 3.

⁶⁴ *A Tribuna, jornal político e literário*, R. Janeiro, ed.3, 1845, foi fundado para ser “órgão do grande partido nacional...para refutar as acusações da imprensa”, fundamentalmente, responder ao *Brasil*. Na folha, Andréa era retratado positivamente, como “enérgico general”, e usado como exemplo para demonstrar que o gabinete prezava pela ordem. Já outro jornal liberal apoiador do gabinete não foi tão simpático ao Andréa, “antípoda de todas as instituições liberais”, diziam que se achava “perfeito pecador convertido, mas bem depressa vimos que o general Andréa ainda é o façanhudo secretario de Luiz do Rego em 1817 em Pernambuco, o Hollofernes do Pará...um dos mais vorazes abutres...” e pedia ao ministério que contava com 4 baianos que o demitissem o quanto antes, *Novo Tempo, folha política e literária*, Rio de Janeiro, 1844, ed. 87, p. 4. Ver Drumond (2017, p. 19).

⁶⁵ *Correio Mercantil*, Bahia, ed.251, 21.11.1844.

⁶⁶ *Correio Mercantil*, Bahia, ed.252, 22.11.1844.

⁶⁷ *O Guaycuru*, Bahia, n.67, 28.11.1844, p.1. Matéria intitulada O Sr. General Andréa.

⁶⁸ Por exemplo, castigo em três guardas nacionais presos no forte S. Pedro ed.71 de 1844, ou as 50 chibatadas dadas no soldado do Exército Feliciano, voluntário da cavalaria, que “tinha o procedimento mais exemplar”, ed.89,12.04.1845.

⁶⁹ *O Guaycuru*, Bahia, por exemplo edições 86 e 87 de 1845.

⁷⁰ *O Mercantil*, Minas Gerais, ed.55, 1846.

⁷¹ Em fevereiro de 1847 o novo presidente contou que Andréa tinha organizado o regulamento e nomeado um oficial para comandar a colônia que haveria de “proteger os habitantes de Caravellas da invasão dos índios bárbaros”; mas o frei acabou pedindo demissão. No ano seguinte, com o apoio do Juiz de Direito, organizaram a colônia do Mucury sem missionário, iriam o comandante, 30 praças e 40 pessoas engajadas. Em 1848, as notícias eram que a colônia ia mal, *Falla do Exmo Pres. da Província Antonio I. d'Azevedo*, Bahia, Typ. do Guaycuru, 1847, p.12. e *Falla do Exmo Pres. João J. M. Magalhães*, Bahia, Typ. J. Portela, em 15.03.1848, p. 43/44.

⁷² Agradeço a Wagner Melo de Carvalho que está estudando a imprensa republicana na Bahia do período por me falar desse acontecimento.

⁷³ *O Guaycuru*, Bahia, ed.213, 4.07.1846, p. 3 e 4.

⁷⁴ *Jornal do Comércio*, R. Janeiro, ed. 86, 27.03.1849, p. 2; *O Brasil*, R. Janeiro, 27.03.1849, p. 2.

⁷⁵ *O Brasil*, R. Janeiro, ed. 1426, 18.06.1849, p. 3.

⁷⁶ *Correio Mercantil*, R. Janeiro, ed. 231, 1849.

⁷⁷ *Correio Mercantil*, R. Janeiro, ed.294, 27.10.1849, p.3.

⁷⁸ *Correio Mercantil*, R. Janeiro, ed.42. 11.02.1850, p.2. Sobre os interesses brasileiros no Rio da Prata, a crise política e a guerra, ver Gandia (2015), Tamae (2020) e Ferreira (2006).

⁷⁹ *O Século*, jornal radical da Bahia, escreveu: “no pensamento em que está o gabinete de declarar a guerra não confiava no sr. Andréa para o manejo das operações”, republicado pelo *Grito Nacional*, Rio de Janeiro, ed. 144, 6.04.1850, p.2.

⁸⁰ *Additamento feito ao relatório.... Assembleia provincial do Rio Grande, pelo Pres. e Com. do Exército Francisco J. S. S. d'Andréa*, Porto Alegre, Typ. Do Commercio, 1848, p.19 e 20.

⁸¹ Nos relatórios dos presidentes falando sobre a colônia do Mucury para os anos seguintes da saída de Andréa, 1847, 1848, 1849.

⁸² *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ed.177, 30.06.1849, p.2.

⁸³ *O Brasil*, Rio de Janeiro, ed.1435, 28.06.1849, p.4

⁸⁴ *Relatório da Província do Rio Grande de São Pedro apresentado ao Exmo Sr Cons. José A. Pimenta Bueno pelo Ten. Gen. Francisco J. S. S. d'Andréa, no dia 6.03.1850*, R. Janeiro, Typ. Laemmert, 1850. No trabalho de Jorge da Cunha há uma listagem de datas de terras concedidas na picada Santa Cruz entre outubro de 1850 e março de 1851 (Cunha, 1988, p. 79 e 80). Nesse período Andréa já estava fora da presidência e não foi o responsável por essas concessões como de forma equivocada afirma Christillino em sua tese (2010, p. 172). Pimenta Bueno tomou posse no dia 6 de março de 1850.

⁸⁵ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ed. 267, 30.09.1849, p. 1.

⁸⁶ *Additamento feito ao relatório que perante a Assembleia...* Rio Grande do Sul, 1848, p. 18.

⁸⁷ *Additamento feito ao relatório que perante a Assembleia...* 1848, p. 10.

⁸⁸ *Relatório do estado da Província....*1850, p. 20/21

⁸⁹ Bissigo (2021) estudou a capacidade do Estado brasileiro no XIX de produzir ferramentas de legibilidade do território, especificamente a experiência da produção de mapas nas províncias do Rio Grande do Sul, Ceará e Rio de Janeiro, mostrou o empenho de Andréa na produção cartográfica e na organização institucional e esclareceu o que ocorreu posteriormente com o Arquivo civil militar do Rio Grande (p. 111).

⁹⁰ *O Grito Nacional*, Rio de Janeiro, ed. 531, 15.04.1853.

⁹¹ *O Grito Nacional*, Rio de Janeiro, ed. 859, 21.08.1856, p. 2. O redator usava a imagem que circulava de Andréa como articulador de projetos coloniais, agregando que era um português que não tinha amor pelo povo brasileiro.

⁹² IHGB, Rio de Janeiro, Arquivo Marechal Andréa, Lata 194-65.

⁹³ Ofício do general ao ministro da Guerra, 1.11.1824, *apud* Bernardes (2011, p. 157).

⁹⁴ *Discurso com que o presidente da província do Pará fez a abertura da 1ª. sessão da Assembleia Provincial no dia 2.03.1838*, Typografia restaurada de Santos, 1838, p. 16 e 17.

⁹⁵ Para Vivian Costa, foi um “procedimento absolutamente anômalo, fundado unicamente na opinião pessoal do General” (2020, 389).

⁹⁶ *Discurso com que o presidente...* 1838, p. 18.

Submetido em: 04/12/2023
Aceito em: 20/12/2024